

UMA ANÁLISE PONTUAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL RESULTANTE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA FINALÍSTICO EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO E PRODUÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

Leila Márcia Sousa de Lima Elias¹, Maria de Fátima Seabra², Artur Vicente da Costa³, Joaquim Augusto Souza de Menezes⁴, Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira⁵

¹ Universidade de Taubaté, Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, Rua Exp. Ernesto Pereira, Portão 2 - Taubaté – SP - Cep: 12030-320, leilamarciaelias@yahoo.com.br

² Universidade de Taubaté, Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, Rua Exp. Ernesto Pereira, Portão 2 - Taubaté – SP - Cep: 12030-320, fatima_fa@hotmail.com

³ Universidade de Taubaté, Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, Rua Exp. Ernesto Pereira, Portão 2 - Taubaté – SP - Cep: 12030-320, artur@yahoo.com.br

⁴ Universidade de Taubaté, Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, Rua Exp. Ernesto Pereira, Portão 2 - Taubaté – SP - Cep: 12030-320, augusto@yahoo.com.br

⁵ Universidade de Taubaté, Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, Rua Exp. Ernesto Pereira, Portão 2 - Taubaté – SP - Cep: 12030-320, edson@unitau.br

Resumo- Este artigo é resultado de um estudo realizado por meio de pesquisa bibliográfica e documental a respeito da política de desenvolvimento regional, numa perspectiva endógena, trazendo como foco o Programa Finalístico Educação para o Trabalho e Produção, o qual foi aplicado na gestão governamental 2003 – 2006, integrante do Plano Plurianual do Estado do Pará, implementado a partir das limitações locais, visando obter avanços socioeconômicos; objetivando analisar o desenvolvimento regional através deste programa, ao mesmo tempo que demonstrar o processo de endogeneização como elemento de coordenação das iniciativas locais. É importante ressaltar, que sucesso do Programa Educação para o Trabalho e Produção apoiou-se fundamentalmente na parceria Estado, Comunidade e Instituições de Ensino que corresponde aos eixos de sustentação do desenvolvimento local e regional.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. Gestão. Planejamento Estratégico. Plano Plurianual.

Área do Conhecimento: VI – Ciências Sociais Aplicadas.

Introdução

Quando se fala em processos produtivos, verifica-se que desde as décadas de 70 e 80, tais sistemas passaram por um processo de aceleração, no que tange ao crescimento econômico, entretanto a partir dos anos 90, percebeu-se esse fenômeno com maior intensidade, haja vista que neste período expandiu-se a elaboração do Plano Plurianual, cujo objetivo era fomentar políticas que promovessem desenvolvimento regional a longo prazo, principalmente nas regiões que estavam passando por declínio no setor de indústrias, e ainda pelas que passavam por rápidas ascensões econômicas, conforme Amaral Filho (1996).

A concepção desse modelo implica, na estruturação de um processo de desenvolvimento endógeno, cuja unidade se construirá a partir da diversidade das partes, já que estas requerem ações diferenciadas em cada espaço. E isso impõe, sem dúvida, políticas públicas cada vez mais voltadas para o fortalecimento de espaços sub-regionais, ou seja, das municipalidades e dos consórcios municipais, para que assim reconheça que é na sua cidade, na sua vila, que as pessoas se defrontam com os problemas.

Plano Plurianual e o Desenvolvimento Regional

O Plano Plurianual – PPA - é o instrumento legal que define de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública para as despesas de capital e, também, para as despesas relativas aos programas de duração continuada, conforme previsto no art. 165, § 1º da Constituição Federal/88 e art. 204, § 2º da Constituição do Estado do Pará/89. Contudo, sua aplicabilidade apresenta prazo para sua execução, cuja vigência é de quatro anos, sendo aprovado no primeiro ano de cada período governamental e se encerra no primeiro ano do mandato do futuro gestor, ocasião em que deverá ser apresentado ao Poder Legislativo um novo plano para ser apreciado.

Vale ressaltar que, no processo de elaboração do Plano Plurianual existem variáveis incontroláveis, que dificultam a implementação dos mesmos, tais como: a dissociação entre os Planos e os Orçamentos e a Conjuntura Econômica. Para diminuir estas variáveis torna-se necessário que o planejamento estratégico trabalhe tais limitações especificamente para que o desenvolvimento regional seja alcançado.

Sendo assim, Vasconcellos (2002) enfatiza que o desenvolvimento econômico é um conceito

qualitativo, o qual inclui as alterações da composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia, melhorando os indicadores de bem-estar econômico e social, alavancando as potencialidades das pessoas por meio de melhores condições de educação, treinamento, saúde, habitação, meio ambiente e alimentação, assegurando que os frutos do desenvolvimento sejam traduzidos na melhoria da qualidade de vida. E essas melhorias de condições de vida são proporcionadas através de um planejamento estratégico de longo prazo, contendo programas de duração continuada, já que estes programas devem expressar os anseios da sociedade, os quais são ilimitados.

Portanto, entende-se que através do planejamento estratégico governamental, o governo, utiliza-se da existência de quatro tipos de programa, de acordo com Menezes (2004), a saber:

- Programas Finalístico: são aqueles que resultam em bens e serviços ofertados diretamente à sociedade;
- Programas de Gestão de Políticas Públicas: são aqueles que dão origem à formulação, coordenação, supervisão, avaliação e divulgação de políticas públicas;
- Programas de Serviços ao Estado: resultam em bens e serviços ofertados diretamente ao Governo por instituições criadas para esse fim específico;
- Programas de Apoio Administrativo: são aqueles de natureza administrativa que, embora contribuam para os objetivos de um programa, não são possíveis de apropriação deste, já que seu caráter é de manutenção.

No contexto a exemplificar um tipo de programa finalístico tem-se no Estado do Pará o Programa de Educação para o Trabalho e Produção, cujo teor está baseado na contribuição para a sustentabilidade regional, através da implementação de ações voltadas para capacitação e qualificação da mão-de-obra local, visando o desenvolvimento das potencialidades econômicas, existente nas mesorregiões paraenses.

Desenvolvimento Regional Endógeno

O século XXI apresenta para o gestor público a constante busca pela aplicabilidade dos recursos públicos, no sentido de proporcionar a sociedade melhor eficiência e eficácia, no que tange a prestação de bens e serviços.

Mediante a esta constatação, percebe-se que a Região Norte, mais especificamente o Estado do Pará, através de seus gestores públicos, deve estabelecer metas que diminuam as distorções sociais afins de que sejam minimizadas as disparidades regionais, procurando destinar investimentos para áreas de educação, saúde e outros, pois se sabe que um dos caminhos para o crescimento e desenvolvimento regional encontra-se no processo endógeno, já que as teorias

macroeconômicas de crescimento estão voltadas para as teorias de desenvolvimento econômico regional.

Mediante o exposto, percebe-se a necessidade de focalizar esta abordagem, uma vez que esta região possui características e condições de desenvolver-se, haja vista que é detentora de matéria prima, e isso facilita o desenvolvimento mais equilibrado.

Sendo assim, Amaral Filho (1996) define como desenvolvimento regional endógeno: (...) *um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto, e da renda local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido* (p.37).

Logo, a capacidade política do estado e da sociedade em liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento regional surge como alternativa, uma vez que a mobilização dos fatores produtivos disponíveis em sua área e seu potencial interno demonstra a forma de desenvolvimento denominado endógeno distinguindo duas dimensões, onde a primeira é basicamente econômica, na qual a sociedade empresarial local utiliza sua capacidade para organizar da melhor forma possível os fatores produtivos da região, já a segunda, concentra-se como ponto de referência ao aspecto sócio-cultural, onde os valores e as instituições locais servem de base para o desenvolvimento da região.

A partir desta concepção, constata-se a importância da participação da sociedade e as relações sociais, no que tange ao desenvolvimento endógeno, já que Antonio Vázquez Barquero (1988) argumenta que: *Uma das chaves do desenvolvimento local reside na capacidade de cooperação entre seus atores. Também é conveniente particularizar a análise das formas de cooperação institucional ou voluntária que se produzem entre eles contanto que o objetivo seja o desenvolvimento local* (p.139).

No entanto, sabe-se que a real participação da comunidade nos processos de composição e implantação de iniciativas públicas exige grande capacidade política dos governantes e da própria sociedade, já que o governo deve estar preparado para conviver com os conflitos naturais advindos desta interação, visto que as relações de poder entre estado e sociedade civil passam a se caracterizar pela transparência, ampliando o controle da última sobre o primeiro.

Materiais e Métodos

A metodologia adotada no Programa Educação para o Trabalho e Produção, caracteriza-se como um processo endógeno de mudanças, que leva ao dinamismo econômico e social, conduzindo à melhoria da qualidade de vida da população alvo. A análise dos dados foi interpretativa com base das variáveis sobre os fatores econômicos e sociais, para que seja percebido os potenciais que a região pode desenvolver na educação profissional do Estado do Pará. As análises foram realizadas na Mesorregião Metropolitana de Belém.

Discussão

Com base nos cenários econômicos acima descritos, os autores deste estudo, analisaram o Plano Plurianual do Estado, que foi elaborado para o período 2003-2006, cuja denominação é “O Desenvolvimento Local como Estratégia de Ação”, que visa a implementação de ações que venham combater os desafios, reconhecidos como ameaças às oportunidades de desenvolvimento. Percebeu-se ainda a necessidade de estabelecer macros objetivos para contribuir com a expansão deste Plano, já que se observados os critérios e condições necessárias para o desenvolvimento endógeno, e assim propõe-se:

- Mais produção, para que haja mais empregos;
- Inclusão social para que se faça o combate à pobreza;
- Maior Infra-estrutura para que se atinja o desenvolvimento econômico; social etc;
- Investimento na Ciência e tecnologia, para que se pense em inovação e meio ambiente;
- Expansão e humanização das ações de saúde, para garantir os princípios de cidadania;
- Acesso e permanência com sucesso nos ambientes educacionais para todos;
- Valorização da cultura paraense e apoio ao esporte e ao lazer;
- Segurança para todos os cidadãos.

Percebe-se que os resultados alcançados no campo da saúde e educação, durante a implementação do Plano Plurianual, já mostra avanços significativos, entretanto fica perceptível que ainda há muito a ser feito nessa área.

Constata-se que esse caminho torna-se imperioso, sobretudo em razão da mudança por que passa o mercado de trabalho, que exige dos trabalhadores níveis cada vez mais elevados de escolaridade e profissionalização. Cabe, pois, intensificar esforços nessa área, avançando nos resultados já alcançados e assumindo novos compromissos, tendo em vista um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e o processo de construção da cidadania em curso deste país.

O Programa Educação para o Trabalho e Produção

O Programa Educação para o Trabalho e Produção foi formulado com o objetivo de

implementar a oferta de vagas na educação profissional, acompanhando as tendências do mercado local, com vistas à formação de mão-de-obra de qualidade o qual teve como pano de fundo, alguns dos vetores de desenvolvimento propostos pelo Governo, como, a expansão das cadeias produtivas com apoio aos sistemas produtivos locais e regionais, para agregação de valor aos recursos disponíveis, geração de renda e fortalecimento da economia. Nesse sentido, o Programa reuniu ações voltadas ao fortalecimento da Aquicultura, do Turismo Receptivo e do Ensino Profissionalizante.

A prática adotada pelo Governo em unir várias instituições em função de um Programa, contribuiu para a integração dessas Instituições. Contudo, essa interação necessita ser continuamente fortalecida, para garantir uma interconexão favorável aos objetivos maiores dos Programas de Governo e ainda, há de se buscar mecanismos para articular, cada vez mais as ações, evitando-se assim a superposição, de modo a potencializar a aplicação de recursos públicos, bem como, promover a troca de informações para o acompanhamento, monitoramento e avaliação. Como principais realizações destacam-se:

- A Construção de Escolas de Educação Profissional que possibilitou ampliar a oferta de vagas para a educação profissional;
- A Implementação de Cursos de Educação Profissional está sendo desenvolvida em parceria com a Organização Social – Escola de Trabalho e Produção do Pará, por meio de um Contrato de Gestão para a execução do Plano de Expansão da Educação Profissional com o Governo do Estado/Secretaria Executiva de Educação, efetivando a oferta de cursos de formação inicial e continuada.

Os cursos implementados pela Organização Social Escola de Trabalho e Produção do Pará têm como objetivo a articulação com as políticas públicas de inclusão social e desenvolvimento do Estado, com ênfase na geração de oportunidades de trabalho e renda, assegurando a oferta de cursos de Qualificação Profissional Técnica de nível médio e cursos de Formação Continuada de Trabalhadores por meio dos cursos básicos.

A ação de Funcionamento da Educação Profissional visa a propiciar o fortalecimento das atividades da educação profissional, com manutenção da qualidade do atendimento nas 11 unidades de ensino. Nessas atividades destacam-se as parcerias implementadas entre o Governo do Estado e o Governo Federal, por meio do Programa de Expansão de Educação Profissional (PROEP), e as parcerias nos setores privados e públicos com convênios de cooperação técnica e oportunidade de estágios aos alunos dos cursos profissionalizantes.

Avaliação dos resultados e avanços

De um modo geral, foram registrados alguns avanços na situação inicial, como por exemplo: a crescente qualificação da mão-de-obra focada nas exigências dos mercados locais, que conectou os setores produtivos locais aos conhecimentos técnicos e científicos, que conseqüentemente vem agregando valor à produção, gerando empregos e contribuindo para o desenvolvimento da economia do Estado.

Neste sentido, destaca-se o setor agropecuário, que conseguiu em 2004, a maior taxa de crescimento em relação ao estoque de empregos criados no setor, correspondendo à abertura de 4.206 vagas.

E ainda, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o processo de desconcentração de renda se apresenta de forma crescente no Estado. Além disso, um índice que reforça a melhor distribuição de renda se refere ao número de empregos formais criados no Estado, que atualmente responde por 52% dos empregos gerados na Região Norte, com um saldo de empregos em Abril/05 de 37.606, um aumento de 8,16% nos últimos seis meses, segundo o Ministério do Trabalho, o melhor desempenho apresentado desde 1992.

Conclusão

A definição de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional deve considerar as especificidades de cada uma das regiões no que se refere às restrições do meio ambiente, as questões sócias e as oportunidades de investimento.

Os avanços obtidos através do Programa Educação para o Trabalho e Produção demonstrou o desenvolvimento regional local, impulsionado por uma política de desenvolvimento endógeno, utilizada na implementação do planejamento estratégico a longo prazo – Plano Plurianual.

Percebe-se que o Programa visa estimular o associativismo entre as comunidades das seis mesorregiões paraenses como uma forma de contribuir para o desenvolvimento regional através da implementação de linhas de produção, facilitando a consolidação das cadeias produtivas, procurando superar as dificuldades e ameaças, satisfazendo as necessidades do público alvo, objeto do programa, de maneira a proporcionar maior geração de renda e melhor qualidade de vida, através da capacitação e qualificação da mão-de-obra.

É importante ressaltar, que sucesso do Programa Educação para o Trabalho e Produção apoiou-se fundamentalmente na parceria Estado, Comunidade e Instituições de Ensino que corresponde aos eixos de sustentação do desenvolvimento local e regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL FILHO, Jair. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista, 1996.

BRASIL. Constituição Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

MACIEL, Maria L. O milagre italiano: caos, crise e criatividade. Rio de Janeiro, Relume Dumará/ Paralelo 15 Editores, 1996.

MARSHALL, A. **Princípios de economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MENEZES, Joaquim Augusto Souza de. **Guia de Estudos da Universidade da Amazônia**, 2004.

PARÁ. **Constituição Estadual do Estado do Pará**. Belém: Assembléia Legislativa, 1989.

SCHUMPETER, J. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

TENDLER, Judith. **Bom governo nos trópicos - uma visão crítica**. Rio de Janeiro, Revan, 1998.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, Vozes, 1995.

TORRES, Zélia. **A ação social dos grupos**. Petrópolis, Vozes, 1985.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Economia - Micro e Macro**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.